CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**



Proposta para evitar acidentes é da vereadora Debora Palermo (PL)

Projeto de lei prevê regras de segurança para traves de gol

Campinas tramita uma proposta legislativa com foco na prevenção de acidentes em equipamentos esportivos públicos e privados. A iniciativa da vereadora Debora Palermo (PL-SP) estabelece diretrizes de seguranca para fixação, conservação e uso de traves de futebol em locais de prática coletiva, incluindo eventos temporários, estabelecimentos de ensino, clubes, condomínios e centros comunitários. O objetivo central consiste em conter o tombamento ou deslocamento de estruturas, resguardando a integridade física de frequentadores, prioritariamente crianças e adolescentes. Ainda de accordo com o documento, o projeto exige ancoragem adequada, inspeções periódicas documentadas e interrupção imediata de uso diante de avarias estruturais ou corrosão. Além disso, a matéria obriga a sinalização ostensiva sobre os riscos no manuseio das traves.

Segurança no esporte

Ademais, o projeto determina a colocação placas instrutivas com linguagem acessível e recursos visuais nos locais de prtáica, alertando sobre os perigos de subida, balanço ou manuseio não autorizado dos equipamentos. Para traves portáteis, estipula protocolos específicos de transporte e armazenamento. Sustenta que a promoção de atividades esportivas exige a oferta de ambientes seguros, consolidando rotinas de fiscalização preventiva para mitigar riscos operacionais nas instalações da cidade.

Cantinho dos Jequitibás: Feira de Barão

Entre as sugestões de pauta enviadas recentemente pela prefeitura para a divulgação pela imprensa, sobre os feitos da Administração municipal, encontra-se a da Feira de Barão, que terá programação gratuita de Natal. “Uma das atrações será a participação dos personagens Duende Aníbal e Duende Nico, que vão apresentar uma história encantada dividida em capítulos ao longo da programação. A cada encontro, uma nova parte da aventura será revelada ao público, com o desfecho previsto para 12 de dezembro”.

PREFEITURA DE CAMPINAS



Visitantes são convidados a contribuir com brinquedos

Doação

“Além das apresentações, a feira contará com atividades recreativas, brincadeiras e música, proporcionando momentos de lazer e convivência para toda a família”, informa o cmunicado. “Durante todos os finais de semana do evento, promoverá uma campanha de doação de brinquedos em benefício da instituição Pro Menor”. Os itens serão entregues à instituição no dia 12 de dezembro, durante o encerramento.

PINGA-FOGO

Moradias populares

Campinas receberá 100 moradias populares em uma área de 52 mil m² no Jardim Madalena, em terrenos que pertenciam à antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A cessão gratuita do imóvel à Associação Paulista de Apoio aos Trabalhadores Desempregados foi autorizada pelo governo federal em portaria e publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Faixa de Gaza Palestina

Denominado Faixa de Gaza Palestina, será viabilizado pelo programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. A área reúne três terrenos vizinhos e desocupados, na Rua Professor Doutor Alexandre Chiarini. O espaço, equivalente a mais de sete campos de futebol, está em uma região urbanizada, com acesso a vias de circulação, transporte e serviços públicos.

Trâmite

A transferência será feita por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). Nesse modelo, os terrenos permanecem como patrimônio da União, mas as entidades recebem autorização para utilizá-los na construção das moradias. Depois da conclusão das obras, o direito de uso será transferido gratuitamente às famílias beneficiadas.

Critérios

Para participar, as famílias devem ter renda mensal de até 5 salários mínimos, não possuir outro imóvel e atender às regras do programa. As unidades não poderão ser comercializadas nos primeiros 5 anos. As associações responsáveis terão até quatro anos, contados a partir da assinatura dos contratos, para concluir as obras e entregar os títulos aos moradores.

Parceria

O prazo poderá ser prorrogado, mas se os terrenos não forem utilizados para habitação popular, a concessão será encerrada e as áreas retornarão à União, sem indenização. A iniciativa integra uma parceria entre o ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e o ministério das Cidades.

Números

Desde agosto de 2025, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ofereceu 84 imóveis, entre terrenos e prédios, para propostas de entidades em 21 estados e no Distrito Federal. Em junho deste ano, foram anunciados 80 imóveis selecionados, com potencial para viabilizar 11 mil moradias em 44 municípios.

ROGÉRIO CAPELA/ PREFEITURA DE CAMPINAS



Definição dos horários especiais de funcionamento continua a mesma

Prefeitura reduz suspensão de comércio para três meses

Beneficia estabelecimentos em horário especial que corrigirem irregularidades

Da **Redação**

A redução de seis para três meses no prazo de suspensão de funcionamento para comerciantes autuados que regularizarem suas pendências passou a vigorar esta semana em Campinas. A medida publicada pela Secretaria Municipal de Urbanismo permite que estabelecimentos comerciais autorizados a operar em horário especial retomem suas atividades com mais rapidez após resolverem os problemas apontados pela fiscalizacao municipal. A nova regra foi estabelecida de forma conjunta apos tratativas entre a Secretaria Municipal de Urbanismo, a Guarda Municipal e a regional de Campinas da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes.

Para obter a liberação antecipada do negócio, o comerciante deve protocolar um recurso perante a Guarda Municipal e, em caso de parecer favorável, apresentar o deferimento na Secretaria de Urbanismo.

A secretaria de Urbanismo, Carolina Baracat, explicou que a revisão atendeu a reivindicações do setor produtivo fundamentadas no impacto do fechamento prolongado sobre os postos de trabalho e sobre a renda das familias dos funcionários atingidos. A gestora enfatizou que a redução do período de penalidade busca acelerar os processos sem comprometer a continuidade das vistorias de rotina executadas pelos órgão de fiscalização.

“Muitos nesse período deixam de contratar funcionários que contam com aquela renda para administrar as suas famílias. Com isso, nós reduzimos o período de suspensão, vamos manter a fiscalização e proporcionar mais celeridade nos processos”, afirma.

As regras gerais para a definição dos horários especiais permaneceram sem alterações, divididas de acordo com o grau de incomodidade da atividade. Estabelecimentos de baixa incomodidade continuam autorizados a funcionar das 22h às 7h, inclusive aos domingos e feriados, mediante aprovação prévia. Comércios de média incomodidade mantém o horário fixado entre 22h e 1h, com prazo adicional de uma hora para procedimentos de limpeza, cobrança e encerramento. Empreendimentos enquadrados como de alta incomodidade dependem de análise documental individualizada para a definição de seus horarios pela Prefeitura.